



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**2ª Câmara**

**PROCESSO TC Nº 00302/14**

EMENTA: PODER EXECUTIVO ESTADUAL – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA – ATO DE GESTÃO DE PESSOAL – REVISÃO DE APOSENTADORIA QUANTO AO SEU FUNDAMENTO – APRECIÇÃO DA MATÉRIA PARA FINS DE REGISTRO – ATRIBUIÇÃO DEFINIDA NO ART. 71, INCISO III, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA, E NO ART. 1º, INCISO VI, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 18/1993 – EXAME DA LEGALIDADE – Regularidade na fundamentação do ato e nos cálculos dos proventos – Preenchimento dos requisitos constitucionais e legais. Concessão de registro do ato revisional e arquivamento dos autos.

**ACÓRDÃO AC2 TC 03657/2014**

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

ÓRGÃO: PB PREV – Paraíba Previdência

AUTORIDADE HOMOLOGADORA: Presidente da PB PREV

BENEFÍCIO: Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição

BENEFICIÁRIO(A): JOÃO NAILSON DE OLIVEIRA COSTA

CARGO: Professor

MATRÍCULA: 0555941

LOTAÇÃO: Secretaria de Estado da Educação

ATO: Portaria – A – Nº 0317, Retificada pela Portaria – A – Nº 1696, publicada no DOE de 20/09/2013.

IDADE: 53 anos

TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO: 13.279 dias

FUNDAMENTAÇÃO DO ATO: 8º, I a III, alínea “a” e “b”, c/c §4º do mesmo artigo da EC nº 20/98, c/c 3º da EC nº 41/03

**2. ANÁLISE DA AUDITORIA**

Trata-se de revisão de aposentadoria formalizada pela Portaria - A - nº **317/06**, com fundamento no artigo 40, §1º, III, alínea “a” e §5º da Constituição Federal com redação da EC nº 41/03 c/c artigo 1º da Lei nº 10.887/04, conforme Acórdão AC2 TC 570/05 (Processo TC nº 05962/04).

Após a revisão, a aposentadoria passa a ter como fundamento o artigo 8º, I a III, alínea “a” e “b”, c/c §4º do mesmo artigo da EC nº 20/98, c/c 3º da EC nº 41/03.

Pelo registro do novo ato concessivo, expedido por autoridade competente em favor de servidor(a) legalmente apto(a) ao benefício, estando corretos os dados de tempo de serviço e os cálculos dos proventos feitos pelo Órgão de origem.

**3. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE/PB**

Na sessão de julgamento, opinou pela legalidade do ato revisional da aposentadoria, com a concessão do registro.

**4. DECISÃO DA SEGUNDA CÂMARA**

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima caracterizado, ACORDAM os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, por unanimidade, na sessão realizada nesta data, em julgar legal e conceder registro ao ato revisional da aposentadoria voluntária por tempo de contribuição do(a) servidor(a) JOÃO NAILSON DE OLIVEIRA COSTA, no cargo de Professor, matrícula nº 0555941, lotado(a) na Secretaria de Estado da Educação, que passa a ter como fundamento o 8º, I a III, alínea “a” e “b”, c/c §4º do mesmo artigo da EC nº 20/98, c/c 3º da EC nº 41/03, determinando-se o arquivamento do processo.

Publique-se e registre-se.

TCE – Sala das Sessões da 2ª Câmara, Miniplenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa  
João Pessoa, 19 de agosto de 2014.

Em 19 de Agosto de 2014



**Cons. Subst. Antônio Cláudio Silva Santos**

RELATOR

Em 19 de Agosto de 2014



**Cons. Antônio Nominando Diniz Filho**  
PRESIDENTE



**Cons. Subst. Antônio Cláudio Silva Santos**  
RELATOR



**Isabella Barbosa Marinho Falcão**  
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO